

A IMPORTÂNCIA DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE PASTORAL

*Pe. José Adalberto Vanzella**

Resumo: A CNBB, desde as suas origens, procura realizar um trabalho de pastoral de conjunto que responda às necessidades da evangelização no Brasil e aos apelos da nossa realidade. A principal ferramenta elaborada pela CNBB para esse trabalho são as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, que deve ser a pedra de toque no processo de planejamento de todas as Igrejas Particulares no Brasil, assim como das pastorais. Por isso, as Diretrizes Gerais devem ser o elemento fundamental do Referencial Teórico em todos os trabalhos de planejamento pastoral.

Palavras chave: Pastoral. Diretrizes. Evangelização.

Introdução

A pastoral de conjunto sempre foi para a Igreja no Brasil uma necessidade e um desafio, e compete à CNBB o enfrentamento desse problema e o encaminhamento de propostas para ações em vista da pastoral de conjunto.

Desde a sua origem, a CNBB procurou responder a este desafio, inicialmente por iniciativa do Papa João XXIII que resultou na elaboração do Plano de Emergência, a primeira grande iniciativa de uma ação pastoral conjunta no Brasil. Mas foi o Concílio Vaticano II e a elaboração do Plano de Pastoral de Conjunto, profundamente enraizado no pensamento conciliar, que de fato este trabalho ganhou fôlego.

A necessidade de responder às necessidades locais das Igrejas Particulares e responder às exigências da evangelização inculturada levou à transição para as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral, que também cresceu com o tempo e precisou ser

* Doutor em Teologia pela PUC/RIO, professor de filosofia e teologia da Faculdade Dehoniana, Presbítero da diocese de Taubaté/SP.

modificada para Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora.

Mas esse trabalho só será completo quando se tornar o referencial teórico dos planos de pastoral das dioceses e das pastorais, a fim de que de fato tornem-se ações pastorais que atingem os objetivos tanto de quem planeja como da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, garantindo a pastoral de conjunto, o princípio da subsidiariedade e a encarnação do evangelho na realidade.

1 A fundação da CNBB, suas preocupações iniciais e o surgimento de um plano nacional de trabalho

Em 1936, o padre Helder Pessoa Câmara foi transferido para o Rio de Janeiro e lá, pouco tempo depois, foi nomeado Assistente Geral da Ação Católica Brasileira. Seu primeiro trabalho foi organizar o Secretariado Nacional da Ação Católica Brasileira, contando com a colaboração de Aglaia Peixoto, Carolina Gomes, Maria Luiza Amarante e Edgar Amarante, Jeanette Pucheu, Vera Jacoud e Frei Romeu Dale, entre outros, que começaram a promover Encontros Regionais de Bispos, mostrando a necessidade da criação de um Secretariado Nacional que ajudasse os bispos a equacionar seus problemas locais. Amadurecia a ideia da criação da CNBB. O padre Helder iniciou, por sua própria iniciativa, um diálogo com o Cardeal Montini com objetivo de criar o organismo com autorização da Santa Sé¹. No dia 20 de abril de 1952, o então monsenhor Helder foi ordenado bispo auxiliar do Rio de Janeiro². A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil foi fundada no Palácio São Joaquim, Largo da Glória, no Rio de Janeiro, em uma reunião que começou no dia 14 de outubro de

1 Cf. Helder CÂMARA. A CNBB nasceu assim, In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL - INP (Org.). *Presença pública da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, p.9-10.

2 Cf. R. C. BARROS. Gênese e consolidação da CNBB no contexto de uma Igreja em plena renovação, In: INP (org.) *Presença pública da Igreja no Brasil*, p.31-32.

1952 e prolongou-se até o dia 17 do mesmo mês³.

Em seguida, os religiosos se organizaram criando a Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB, após o I Congresso Nacional de Religiosos, realizado em fevereiro de 1954, no Rio de Janeiro⁴. Por fim, foi o episcopado continental quem criou o seu organismo próprio quando, após o 36º Congresso Eucarístico Internacional realizado em 1955 no Rio de Janeiro, aconteceu na Igreja da Candelária, na mesma cidade, uma Conferência Geral não conciliar, integrada por representantes de todos os episcopados latino-americanos e, durante este evento, ficou decidida a criação do Conselho Episcopal Latino-americano - CELAM. A sua primeira reunião plena foi na cidade do México em 1956 e, por decisão do Papa Pio XII, ficou estabelecida a sua sede em Bogotá, na Colômbia, por ser este o único país que une em si a América Central e a América do Sul⁵.

Os frutos pastorais da criação da CNBB logo começam a aparecer e os três primeiros foram a criação de três organismos: o Instituto Nacional de Catequese - INC, o Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social - CERIS, e o Serviço de Cooperação Apostólica Internacional - SCAI, para intercâmbio de missionários entre o Brasil e os demais países, aos quais se agregou o Centro de Formação Intercultural - CENFI⁶.

Uma das preocupações iniciais da CNBB foi com o mundo rural. A CNBB chegou à conclusão de que o surgimento das favelas nas grandes metrópoles brasileiras era fruto do subdesenvolvimento no meio rural, marcado principalmente pela ausência de organização e de direitos. Por isso, foi realizada uma parceria entre a CNBB e o Serviço de Informação

3 Cf. *Ibidem*, p.30-31.

4 Cf. *Ibidem*, p.34.

5 Cf. *Ibidem*, p.36.

6 Cf. *Ibidem*, p.35.

Agrícola - SIA, do Ministério da Agricultura, para a realização de semanas rurais buscando despertar a sociedade para o problema e encontrar caminhos de superação para o mesmo⁷.

A partir daí várias iniciativas foram surgindo. Dom Eugênio de Araújo Sales ajustou ao Rio Grande do Norte a experiência de educação de adultos desenvolvida na Colômbia por meio de escolas radiofônicas. A experiência logo se expandiu através da Representação Nacional de Emissoras Católicas - RENEK, ligada à Secretaria de Ação Social da CNBB, sob a responsabilidade de Dom Eugênio Sales. Um encontro entre Dom José Távora, bispo de Aracaju, e o presidente eleito do Brasil, Jânio Quadros, resultou na criação, por Decreto, do Movimento de Educação de Base, acontecida no dia 21 de março de 1961, e o estabelecimento de um convênio entre a República e a CNBB para instalação de 75.000 escolas radiofônicas. A experiência foi posteriormente enriquecida com a proposta pedagógica de Paulo Freire⁸.

Também merece destaque o processo de sindicalização rural, um dos frutos do Movimento de Educação de Base. Com o crescimento das Ligas Camponesas, de inspiração marxista, o Serviço de Assistência Rural - SAR da Arquidiocese de Natal, a quem estava ligado o Movimento de Educação de Base - MEB, iniciou um trabalho de sindicalização rural, como oposição às Ligas Camponesas. Este trabalho também foi desenvolvido em Pernambuco, berço das Ligas Camponesas, principalmente com a criação do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco - SORP, com o mesmo objetivo do MEB. A CNBB, representada por Dom Helder Câmara, Dom Fernando Barros e Dom Eugênio Sales, conseguiu do Presidente João Goulart, a agilização dos processos de reconhecimento dos sindicatos rurais, que ficou ao cargo do Ministro do Trabalho André Franco Montoro⁹.

7 Cf. *Ibidem*, p.36-37.

8 Cf. *Ibidem*, p.38-39.

Em 1961, o Papa João XXIII escreveu uma carta aos bispos da América Latina. Nesta carta, o Papa demonstra suas preocupações com o naturalismo de Charles Darwin, o marxismo, o espiritismo de Allan Kardec e a aliança entre o liberalismo e o protestantismo, e afirma a necessidade de uma Pastoral de Conjunto para que a Igreja possa enfrentar esses desafios. Como resposta concreta a esta carta, a CNBB aprovou o Plano de Emergência, que foi o primeiro plano de pastoral com a intenção de abranger todo o território brasileiro. O Plano de Emergência foi aprovado em abril de 1962 e buscou a renovação da Igreja no Brasil através de quatro eixos¹⁰:

- 1) renovação das paróquias;
- 2) renovação do ministério sacerdotal;
- 3) renovação dos educandários católicos;
- 4) introdução a uma Pastoral de Conjunto¹¹.

A importância do plano de Emergência é assim descrita pelo Pe. José Oscar Beozzo:

No Brasil, o Plano de “Emergência” foi preparado às pressas como o próprio nome o indica e aprovado durante a V Assembleia Ordinária da CNBB, de 2 a 5 de abril de 1962, já às vésperas do Concílio. Ao mesmo tempo em que contemplava o princípio do planejamento pastoral, preparava as estruturas da própria CNBB e da Igreja do Brasil para aplicá-lo. A principal decisão foi a de descentralizar a sua implementação, criando-se os sete primeiros regionais da CNBB e solicitando-se a cada diocese o estabelecimento de um secretariado do Plano de Emergência, para servir de elo entre as estruturas nacionais e de centro propulsor das

9 Cf. *Ibidem*, p.39-40.

10 Cf. M. J. GODOY. A CNBB e o processo de evangelização do Brasil. In: INP, *Presença pública da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, p.388.

11 Evidentemente, sempre existiu, em toda a realização ou concepção da pastoral, uma preocupação pela conjunção de todos os seus aspectos e setores. Isto foi conseguido, sobretudo, nas épocas em que a preocupação eclesiológica foi mais clara, já que a Igreja é o fundamento de toda a ação pastoral e, por conseguinte, de toda pastoral de conjunto.

diretrizes do plano em âmbito local¹².

Assim, vemos que a CNBB, originada a partir da experiência de organização da Ação Católica, apresenta no seu início a preocupação com a realidade brasileira, procura dar respostas concretas aos desafios por ela impostos, seja através de suas próprias estruturas, criando organismos quando isso se faz necessário, seja através do diálogo e cooperação mútua com o poder instituído. Também vemos a origem da preocupação pela pastoral de conjunto, vinda com a carta do Papa João XXIII, e que esta preocupação, que marca a Igreja no Brasil até os dias de hoje, traz logo respostas práticas, como foi o caso do Plano de Emergência.

2 A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II

A notícia do anúncio do Concílio Vaticano II foi acolhida com alegria no Brasil e, logo, a idéia de unidade dos cristãos passou a ser dominante¹³.

Em 05 de outubro de 1960, João XXIII criou as dez comissões preparatórias e a comissão central e, entre os seus 827 membros, apenas eram brasileiros Dom Jaime de Barros Câmara, cardeal do Rio de Janeiro, Dos Helder Pessoa Câmara, Secretário-Geral da CNBB e segundo vice-presidente do CELAM, Dom Antônio Maria Alves Siqueira, auxiliar de São Paulo, Dom José Távora, arcebispo de Aracaju, Dom Vicente Alfredo Scherer, arcebispo de Porto Alegre, Mons. Joaquim Nabuco, do Rio de Janeiro, Pe. Estevão Bentia, de São Paulo e Frei Boaventura Kloppenburg. Essa escassa presença e o forte sigilo imposto a todos os trabalhos preparatório tornou o

12 José Oscar BEOZZO. A recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil, In: INP (org), *Presença pública da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, p.432.

13 Cf. Idem, *A Igreja do Brasil – de João XXIII a João Paulo II – de Medellín a Santo Domingo*, p.72.

Concílio abstrato até mesmo para os bispos¹⁴. A contribuição que o Brasil levava para o Concílio era o fato de ser uma Igreja fortemente comprometida na luta contra o subdesenvolvimento e nos programas de educação de base e sindicalização em meio às populações mais pobres. Também era uma Igreja com prática crescente na colegialidade episcopal e no trabalho em equipe, inserida numa articulação supranacional, o CELAM. Uma Igreja marcada por um profundo amor e fidelidade ao Papa, que logo se alinhou ao bloco da maioria¹⁵.

Um dos momentos decisivos do Concílio aconteceu no dia 13 de outubro de 1962, quando deveriam ser eleitos os membros das comissões conciliares. Os cardeais Liénart e Frings propuseram o adiamento das eleições para que os padres conciliares pudessem, em reuniões, elaborar listas de nomes. Com isso, o controle do Concílio saiu das mãos da Cúria Romana, que tinha listas prontas, e passou para a Assembléia¹⁶. A intervenção dos cardeais foi fruto de um trabalho de articulação anterior iniciado pelo primeiro vice-presidente do CELAM, Dom Manuel Larrain, juntamente com Dom Helder Câmara¹⁷. Em seguida os dois bispos articularam, contrariando a Cúria Romana, uma reunião do CELAM para o mesmo dia, sem a aprovação do presidente do CELAM, que não teve coragem de assumir a convocação, que foi então feita pelo arcebispo de Santiago, o cardeal Silva Enríquez, sendo que esta reunião encorajou outras Conferências Episcopais a fazer o mesmo e o resultado foi a eleição e a contribuição valorosa nas comissões de pessoas completamente desconhecidas em âmbito internacional, como Dom Zoa, de Camarões¹⁸.

Os bispos brasileiros ficaram todos hospedados na casa

14 Cf. *Ibidem*, p.73.

15 Cf. *Ibidem*, p.74

16 Cf. *Ibidem*, p.75.

17 Cf. *Ibidem*, p.76-78.

18 Cf. *Ibidem*, p.78-79.

“Domus Mariae” e o secretariado-geral da CNBB organizou reuniões e conferências, com teólogos e peritos, durante todo o Concílio, sob a coordenação do biblista brasileiro Pe. Antônio P. Guglielmi, que resultaram em poucas, mas grandes intervenções do episcopado brasileiro no Concílio. Essas conferências foram um verdadeiro fórum de debates e uma universidade teológica. Os seminaristas brasileiros, no início, participaram das conferências, mas foram proibidos pela Sagrada Congregação para os Seminários, mas os bispos passaram a gravar as conferências para que fossem reproduzidas no seminário¹⁹. Entre os frutos dessas conferências podemos citar a elaboração do Plano de Pastoral de Conjunto, estruturando as pastorais do Brasil a partir de linhas que eram definidas pelos principais documentos conciliares e que foi copiado no mundo todo, e a Campanha da Fraternidade.

3 Planos, diretrizes e projetos

O primeiro plano de trabalho que tivemos na Igreja do Brasil foi o Plano de Emergência, que já foi contemplado no início deste trabalho.

3.1 O Plano de Pastoral de Conjunto (PPC)

O PPC se apresentava como uma proposta acabada para colocar a Igreja do Brasil no compasso das conclusões do Concílio Vaticano II. Possuía uma técnica de planejamento adequada e inovadora além de uma abrangência teológica impressionante e revolucionou o modo de fazer pastoral no Brasil, dando uma nova estrutura à CNBB, ao tomar os principais documentos do Concílio para criar as seis linhas fundamentais de ação em torno das quais foi estruturada toda a ação pastoral:

¹⁹ Cf. *Ibidem*, p.79-91

- Linha 1 – baseada na *Lumen Gentium*, dava as coordenadas para uma eclesiologia que, mais tarde, ganharia o nome de comunhão e de participação;
 - Linha 2 – baseada na *Ad Gentes*, visava introduzir no Brasil a preocupação com o anúncio do Evangelho além de suas fronteiras e reunir todas as iniciativas surgidas em torno do pólo missionário;
 - Linha 3 – baseada na *Dei Verbum*, buscava tornar o cristão uma pessoa adulta, capaz de dar razão de sua fé e de sua esperança. Mais tarde, essa linha ficou conhecida como bíblica e catequética;
 - Linha 4 – baseada na *Sacrosanctum Concilium*, busca adequar toda a dimensão orante e celebrativa da Igreja no Brasil às conclusões conciliares e dá ovos rumos à liturgia;
 - Linha 5 – baseada na *Unitatis Redintegratio* e *Nostra Aetate*, trata do relacionamento da Igreja Católica Romana com as outras Igrejas cristãs, advindas dos cismas antigos ou depois da reforma protestante, e com as outras religiões não cristãs;
 - Linha 6 – baseada na *Gaudium et Spes*, leva a Igreja do Brasil à radicalidade em viver a evangélica opção pelos pobres.
- É impossível descrever toda a riqueza do PPC na vida pastoral da Igreja no Brasil²⁰.

3.2 Novas opções pastorais

O Plano de Pastoral de Conjunto, pensado para vigorar de 1966 a 1970, foi prorrogado por um tempo e substituído por outra forma de organizar a pastoral no Brasil. Na década de 1970, em meio às dificuldades enormes diante de uma sociedade extremamente complexa e desumana, a Igreja no Brasil se via com enorme dificuldade de alcançar consenso na CNBB,

²⁰ Cf. M. J. GODOY. A CNBB e o processo de evangelização do Brasil, In: INP (org.), *Presença pública da Igreja no Brasil*, p.389-391.

principalmente por causa de uma crescente rejeição da hegemonia do eixo Rio – São Paulo e das queixas de que um Plano Nacional interferia na vida das dioceses, reduzindo o poder do bispo local. O resultado foi o abandono do caminho dos Planos Nacionais de Pastoral, mas a explosão de experiências pastorais inspiradas em Medellín e Puebla, resultantes dos novos desafios impostos à Igreja. Os agentes de pastoral que engrossam os quadros em todas as frentes pastorais encontravam nas CEBs o seu espaço próprio de articulação de fé e política e encontram, em 1975, um grande reforço com o 1º Encontro Intereclesial, realizado em Vitória – ES, além do seu reconhecimento oficial na Exortação Apostólica pós-sinodal *Evangelii Nuntiandi*, do papa Paulo VI²¹.

Neste período, a Igreja no Brasil decide que é hora de mudança e o Plano de Pastoral de Conjunto não é renovado. Então se chega à conclusão que não se trata de termos um Plano Nacional de Pastoral para que possamos ter uma pastoral de conjunto no Brasil, principalmente se considerarmos a grande diversidade existente na realidade brasileira. O resultado desta reflexão foi o surgimento das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil. Como diretrizes, a orientação nacional é dada, mas a realidade de cada diocese é respeitada. Esta nova forma de pensar a pastoral de conjunto no Brasil traz como novidades a elaboração de um objetivo geral, que deve ser trabalhado em todo o país e a consequente substituição do conceito de linhas pastorais por dimensões pastorais. Esta substituição acontece porque o objetivo geral faz o papel que era feito pelas linhas pastorais de dar uma direção para a pastoral. As dimensões nos mostram que a estrutura da pastoral a partir dos documentos do Vaticano II é mantida, mas traz uma novidade: as seis dimensões pastorais, enquanto tal, estão presentes em todas as atividades pastorais desenvolvidas no Brasil.

21 Cf. *Ibidem*, p.391-393.

Mas aos poucos foi surgindo uma rejeição muito forte por parte de quem não concordava com a presença profética da Igreja na sociedade, que vai se tornar mais visível na década de 1980, com apoio do papa João Paulo II que, em 10 de dezembro de 1980 dirige uma carta aos bispos do Brasil afirmando que a Igreja perderia a sua identidade mais profunda se as questões sociais a distraísse, assim como as contingências políticas a dominasse, e ela perdesse a visão da sua missão essencialmente religiosa de edificação do Reino que começa aqui. O papa indicava, desde o início do seu pontificado, que via com apreensão a forte atuação social da Igreja no Brasil. Mas mesmo assim, a década de 1980 conheceu uma Igreja bastante vibrante, com um crescente abismo entre uma ala que incentiva a participação a Igreja na construção de uma sociedade democrática e outra que crescentemente se fechava nos assuntos internos, mas, a partir de meados dessa década, a missão social vai diminuindo, principalmente por causa de algumas medidas tomadas pela Santa Sé em relação à Igreja no Brasil como a visita apostólica aos seminários, ocasionando um mal-estar nas orientações da formação presbiteral da arquidiocese de São Paulo e o fechamento do SERENE ITER, da Arquidiocese de Recife. A isso acrescenta-se a desqualificação dos teólogos mais avançados, a nomeação de bispos de tendência conservadora e de confiança de Roma, o reforço da Nunciatura e ataques às CEBs e à Teologia da libertação. Todo esse clima faz com que a Igreja no Brasil busque uma nova metodologia para a sua ação pastoral, mas continue sendo um referencial para os pobres e para toda a luta pelos direitos humanos²².

Em 1995, as Diretrizes ganham nova perspectiva. Percebe-se a urgência de fazer com que a Igreja se torne mais “agressiva” nos seus métodos evangelizadores. Acostumada a trabalhar com pequenos grupos, a Igreja se via retraída no contato com a massa. Assim, as Diretrizes passam a se chamar Diretrizes Gerais

22 Cf. *Ibidem*, p.393-394.

da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. Da ação pastoral para a ação evangelizadora – essa passagem sinaliza o anseio por mudança no método pastoral e por maior abertura às massas católicas afastadas²³.

4 O planejamento pastoral e o lugar das diretrizes gerais

Um dos elementos mais importantes para a realização do trabalho pastoral é o processo de planejamento que envolva todas as forças vivas da Igreja em vista de uma ação pastoral pensada²⁴. A realização deste planejamento exige uma metodologia de trabalho, que precisa ser recriada de acordo com as exigências da realidade local.

Todo trabalho de planejamento exige um marco referencial, que é o conhecimento da realidade na qual a ação pastoral irá acontecer. Para esse conhecimento, existem muitos meios para que o levantamento da realidade seja feito. Mas o levantamento da realidade é o primeiro passo para a realização do marco referencial, pois é necessária a análise desses dados e o estabelecimento da relação entre eles, o que tecnicamente se chama análise de conjuntura. Os dados da realidade não são tão importantes como o estabelecimento da conjuntura, pois as lógicas determinantes dos processos que atuam sobre a realidade são mais importantes que os fatos, uma vez que os fatos são consequentes das forças que atuam sobre eles e os concretizam.

O segundo passo do planejamento pastoral é o estabelecimento do Referencial Teórico, que será colocado como contraponto ao Marco Referencial. Como podemos perceber, este é um processo dialético no qual o Referencial Teórico é colocado como antítese em relação ao Marco Referencial, que é a tese. Isso é necessário porque, na dialética, é

23 Cf. *Ibidem*, p.394.

24 Cf. CELAM. *Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe*, n.371. Doravante DAp.

a antítese quem determina a síntese²⁵.

Do confronto entre o Marco Referencial e o Referencial Teórico é elaborado o diagnóstico pastoral, e aqui é o momento fundamental do planejamento pastoral, pois se acontece um erro ou desequilíbrio na elaboração do diagnóstico pastoral, todo o trabalho evangelizador e pastoral está comprometido. Por isso, sempre é importante a presença de um assessor externo neste momento do planejamento para que se faça um confronto que seja isento de interferências e interesses que possam ser prejudiciais ao trabalho.

O diagnóstico pastoral determina o objetivo geral e os objetivos específicos, os quais vão definir as ações que serão executadas no trabalho evangelizador. Se o diagnóstico é incorreto, os objetivos serão inadequados e as ações não irão responder às exigências do trabalho evangelizador.

Tudo isso evidencia a importância do Referencial Teórico e, aqui, nos cabe ver a questão do papel das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil para a elaboração de um plano de pastoral que se insira na pastoral de conjunto da Igreja no Brasil.

A própria CNBB percebeu esse problema e, por isso, viu a necessidade de estabelecer um roteiro mínimo para a realização de um bom trabalho de planejamento pastoral. Embora haja uma vasta quantidade de publicações sobre planejamento

25 Não pretendo entrar no estudo da dialética porque este não é o objetivo deste trabalho, mas segundo os textos de Fichte, em especial nos “Discursos à Nação Alemã”, de Schelling e de Hegel, na dialética, é sempre a antítese quem determina a síntese. Se usarmos simplesmente o método dedutivo, o Marco Referencial torna-se o determinante e o planejamento fica sendo de uma ação social. Se usarmos o método dialético, o referencial teórico fica sendo determinante e, assim, o trabalho se torna evangelizador. Para quem quiser um material simples para o estudo do método dialético, sugiro: FERREIRA, A. S. *Raízes do nosso Tempo*. São Paulo: Salesiana, 1980.

pastoral no Brasil²⁶, as últimas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil trouxe um apêndice que procura mostrar um caminho para o planejamento pastoral no seu item 5.1²⁷ e é justamente nesta proposta, que é feita a partir de passos, o texto propõe, no terceiro passo, as urgências da ação evangelizadora como o elemento que realiza a pastoral de conjunto no Brasil²⁸.

Análise conclusiva

Desde que a CNBB foi fundada, a preocupação com a realidade brasileira e a necessidade de responder aos seus apelos em vista da implantação do Reino de Deus sempre foi uma constante para ela e o planejamento pastoral em vista de um trabalho conjunto cada vez mais se mostrou uma importante ferramenta para a elaboração deste trabalho.

A participação do episcopado brasileiro no Concílio Vaticano II e, em especial, os encontros da “*Domus Mariae*” foram fundamentais para que o planejamento pastoral no Brasil ganhasse um grande impulso. Com a associação entre conhecimento de causa a respeito do Concílio e a mentalidade pastoral característica da Igreja no Brasil, o Plano de Pastoral de Conjunto colocou a ação pastoral na perspectiva conciliar e possibilitou o grande avanço que a Igreja no Brasil vai conhecer nos anos seguintes.

A transição para as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral possibilitou o alargamento de horizontes e uma ação pastoral

26 Podemos citar o subsídio elaborado pela CNBB dentro do Projeto Rumo ao Novo Milênio: É hora de mudança, ou também: A. BRIGHENTI. *Reconstruindo a esperança: como planejar a ação da Igreja em tempos de mudança*. São Paulo: Paulus, 2000; M. PAYÁ. *O Planejamento Pastoral a Serviço da Evangelização*. São Paulo: Ave Maria, 2005; ou ainda G. ORFANO. *Técnicas de Planejamento Pastoral*. Petrópolis: Vozes, 2004.

27 Cf. CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*, n.123-138.

28 Cf. *Ibidem*, n.131.

mais na perspectiva da inculturação, da satisfação das necessidades das Igrejas Particulares e a resposta aos desafios mais concretos. A passagem para as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora abriu ainda mais esse leque de opções.

A própria CNBB, embora em âmbito interno não considere tanto a importância das Diretrizes Gerais²⁹, reconhece a importância das DGAE no Planejamento Pastoral para que a pastoral de conjunto aconteça no Brasil e as ações evangelizadoras e pastorais adquiram mais corpo e se tornem mais fortes em vista da consecução do objetivo comum da ação evangelizadora da Igreja no Brasil.

É importante a qualificação para o planejamento pastoral e o Brasil carece de pessoas capacitadas em Teologia Pastoral, principalmente em planejamento, e é muito importante que a CNBB invista na formação de assessores para o planejamento que conheçam as DGAE e as suas fontes, de modo que a pastoral de conjunto na Igreja do Brasil se fortaleça, mostre-se para o mundo como sacramento de salvação e possa, em todos os níveis, cumprir a missão que lhe foi confiada por Jesus.

Referências Bibliográficas

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil - de João XXIII a João Paulo II - de Medellín a Santo Domingo*. 2ª Ed., Petrópolis: Vozes, 1996.

CELAM. *Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe*. Brasília: Ed. CNBB, 2006.

CNBB. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2003-2006*. São Paulo: Paulinas, 2003 («Documentos da CNBB», 71).

_____. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2015-2019*. Brasília: Ed. CNBB, 2015 («Documentos da CNBB», 102).

INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2002.

²⁹ Basta analisar as atas das diversas reuniões do Conselho Permanente, do Consep ou dos grupos de assessores e ver a ínfima quantidade que as DGAE são citadas nessas reuniões.